



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Escrita

Recentemente, o Governo da RAEM divulgou o projecto do Plano Quinquenal, que vai ser o plano director para o desenvolvimento nos próximos cinco anos. No entanto, a nossa associação tem recebido múltiplas críticas, apontando para a ausência, neste projecto, de medidas para resolver a violação dos direitos dos trabalhadores, o que tem provocado descontentamento.

De facto, esta questão dos direitos dos trabalhadores tem originado discussões e críticas em Macau, mas os casos de despedimento injustificado continuam a acontecer. Ainda não está concretizada a liberdade de reunião dos residentes de Macau, consagrada na Lei Básica. Além disso, ainda não foram feitas nem a lei sindical nem a da negociação colectiva, o que significa, obviamente, que não estão a ser cumpridos os compromissos da Organização Internacional do Trabalho aos quais Macau está vinculado.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Desde a fundação da RAEM, os direitos dos trabalhadores continuam sem estar plenamente protegidos. Agora, neste projecto do plano quinquenal, um documento de grande importância, este assunto também não foi abordado. Por que razão é que o Governo não incluiu a questão dos direitos dos trabalhadores neste projecto?



**澳門特別行政區立法會**  
**Região Administrativa Especial de Macau**  
**Assembleia Legislativa**

2. Visto que Macau se encontra numa fase de reajustamento económico, prevê-se que se repitam casos de despedimento injustificado como o que aconteceu num casino neste ano. Perante esta situação, no referido projecto não foram definidas medidas para a melhoria da protecção dos direitos dos trabalhadores. Nos próximos cinco anos, que políticas é que o Governo vai lançar para garantir os direitos dos trabalhadores?
3. A violação dos direitos dos trabalhadores deve-se ao facto de estes não se encontrarem numa situação de igualdade nas negociações com os empregadores. Que políticas é que o Governo tem para resolver este problema? Legislar sobre a negociação colectiva pode ser uma solução viável? O Governo vai proceder à legislação?

---

**O Deputado à Assembleia Legislativa da**  
**Região Administrativa Especial de Macau,**  
**José Pereira Coutinho**

**13 de Maio de 2016**